

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS PARA O ANO 2000

*José Marcelino Monteiro da Costa**

1 – Introdução

O presente ensaio constitui uma síntese do diagnóstico preliminar sobre a situação atual e as perspectivas para a próxima década da produção e abastecimento alimentar na Amazônia (Costa et alii, 1988),¹ como parte integrante de pesquisa mais ampla sobre o Brasil. O diagnóstico foi desenvolvido no período de setembro de 1987 a janeiro de 1988 por uma equipe interdisciplinar.²

Foi analisado o período de 1970 a 1985, e as projeções de demanda e oferta foram realizadas para os anos de 1990, 1995 e 2000.

Adotou-se como marco teórico de referência o modelo de natureza conceitual proposto por Homem de Melo (Melo, 1988) – “modelo de economia agrícola semi-aberta ao exterior” – para pesquisa a nível mais agregado sobre o Brasil, porém adequando-o à análise do regional.

Duas razões respaldaram a necessidade desse ajustamento, posto regular e cadenciarem o ritmo da dinâmica das macrorregiões:

- as economias regionais são, na essência, subsistemas abertos, mantendo-se, permanentemente, inter-relacionadas por articulações múltiplas, abrangem-

* Professor Adjunto do Departamento de Economia Geral da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹ A parte amazônica contemplada pela pesquisa foi a Amazônia “clássica” ou Região Norte, que abrange os Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Acre e os Territórios Federais de Roraima e Amapá.

² O trabalho foi coordenado pelo autor deste texto. O Economista e Agrônomo David Ferreira Carvalho, Professor da UFPA, responsabilizou-se pelas análises de oferta, demanda e balanço das necessidades futuras (alternativas I a IV). A Administradora Maria Amelia Queiralt, Assessora Técnica do IDESP, desenvolveu as partes concernentes à infra-estrutura de transporte, armazenamento, comercialização e crédito rural. O Demógrafo Manoel Pinto da Silva Jr., Professor da UFPA, ficou encarregado da formulação das hipóteses demográficas. Finalmente, o tratamento computadorizado dos dados ficou a cargo do analista de sistemas, Economista Diógenes Lemos Carneiro.

- do vínculos, fluxos, canais de propagação e vazamentos de várias naturezas, direções e intensidades;
- existe, como parâmetro, uma divisão inter-regional do trabalho imposta, concomitantemente, pelos rebatimentos espaciais da lógica ou racionalidade dominante do processo histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro e pelas características e condicionantes específicos de cada região.

2 – Caracterização da Região

Rarefação demográfica, escassez de capital e tecnologia, carência de capacidade gerencial e débil poder político, *vis-à-vis* à farta e diversificada base de recursos naturais – real e potencial –, tipificam a Amazônia como uma região periférica ativa.

Arrancada, a partir da década de 60, do marasmo em que se encontrava desde a decadência do ciclo da borracha, a economia amazônica vem passando por profundas metamorfoses em sua estrutura produtiva e por uma intensa reorganização de seu espaço econômico funcional intra-regional, em função do processo, ainda em pleno curso, de abertura efetiva integração à economia nacional.

Os instrumentos decisivos à consecução dessas transformações têm sido as grandes intervenções governamentais de cunho nacional-setorial: o ciclo dos megaprojetos concebido na década de 70, mormente no bojo do II PND, e os investimentos infra-estruturais de impacto.

As atividades produtivas voltadas à exportação de matérias-primas e insumos, tanto para o mercado nacional quanto para o Exterior, foram, por conseguinte, privilegiadas. Os interesses regionais foram olímpicamente desconsiderados, ficando os benefícios a serem intra-regionalmente internalizados por obra e graça do eventual transbordamento espontâneo dos efeitos positivos porventura engendrados.

A política de incentivos fiscais, por sua vez, contemplou, preferencialmente, a pecuária de exportação, à exceção do conjunto de indústrias “maquiadoras”, implantado na Zona Franca de Manaus, estimulando a manutenção da terra regalada como reserva de valor.

Posto tudo isso, tornaram-se ínfimas as possibilidades de o segmento agrícola regional produtor de alimentos básicos desfrutar das benesses propiciadas pelo elenco de instrumentos de política econômica acionado para promover e consolidar o processo de efetiva ocupação da Região.

3 – O comportamento da oferta

Os produtos considerados para a análise foram selecionados em função da importância na despesa anual por família, da origem e significado econômico para a Região e da relevância na dieta básica habitual da população.

Trabalhou-se, destarte, com 13 produtos agropecuários: arroz, feijão, milho, mandioca, tomate, banana, cítricos, carnes bovina, suína e de frango, ovos, leite e pescado. Obviamente, esses produtos não esgotam o rol da cesta alimentar usualmente requerida pelo universo dos consumidores regionais.

Ao longo do período considerado, o comportamento da oferta regional de produtos alimentares, apesar de se haver assinalado pela irregularidade, apresentou uma tendência definidamente ascendente.

O total da área cultivada com os sete produtos alimentares de origem vegetal selecionados (arroz, feijão, milho, mandioca, tomate, banana e cítricos) mais que triplicou, variando de 292,13 mil hectares (1970) a 993,68 mil hectares (1985), o correspondente a uma taxa de crescimento de 8,5% a.a.

Essa ampliação da área cultivada processou-se concomitante a alterações na participação relativa dos produtos. Por exemplo, a área cultivada com arroz, que representava 35% (1970) da área cultivada total, caiu, em termos relativos, para 28,6% (1985), e a mandioca decresceu de 33,7% para 28%. Feijão, milho, banana e cítricos aumentaram a sua participação relativa. Em termos absolutos, exceto tomate, todos os cultivares apresentaram incremento em relação à área cultivada.

A evolução da produção das culturas alimentares deu-se, no período 1970-85, a uma taxa de crescimento anual de 7,5%. O volume total da produção, em 1.000 toneladas, que era de 1.710,47 (1970), alcançou 5.067,75 (1985).

As taxas de crescimento por produto foram: arroz 9,6%; feijão 10,2%; milho 11,84%; mandioca 9,0%; tomate 10,6%; banana 17,35%; e cítricos 9,38%.

O crescimento da produção de alimentos de origem animal foi de 9,19% a.a. As taxas de crescimento por produto foram de 5,9% para a carne bovina, 5,6% para a carne de frango, 8,5% para ovos, 14,6% para leite e 6,8% para pescado. Tanto o efetivo suíno quanto a produção de carne suína apresentaram uma *performance* negativa.

Os dados a seguir arrolados evidenciam o incremento absoluto que apresentaram as principais culturas em quantidade produzida.

Tabela 1

Principais culturas e quantidade produzida na Região Norte – 1970-1985

(1 000t)

PRODUTOS	1970	1985
Arroz	101,58	402,15
Feijão	15,11	62,44
Milho	59,45	318,71
Mandioca	1 393,62	3 703,98
Banana	5,98	65,98
Tomate	1,36	4,82
Cítricos	133,37	510,67

FONTE: IBGE.

Da mesma forma, a listagem das produções absolutas de origem animal.

Tabela 2

Produções absolutas dos produtos de origem animal na Região Norte — 1970-1985

PRODUTOS	1970	1985
Carne bovina (milhões de cabeças)	2,24	5,3
Carne de frango (milhões de bicos)	7,36	16,86
Ovos (milhões de dúzias)	12,04	40,99
Leite <i>in natura</i> (milhões de litros)	34,13	264,4
Pescado (mil toneladas)	47,35	127,7

FONTE: IBGE.

Simultaneamente aos avanços quantitativos registrados, observou-se uma metamorfose na estrutura produtiva espacial regional.

Os Estados do Pará e Rondônia, principais áreas de penetração do inexorável avanço da “fronteira agrícola”, instaurado a partir da década de 60 e acelerado nas décadas posteriores, foram as unidades federativas que apresentaram maior dinamismo.

A área cultivada no Estado do Pará, somente para os produtos que aqui vêm sendo objeto de investigação, evoluiu de 222.740ha (1970) para 419.370ha (1985), ou seja, quase dobrou (88,27% de ampliação). Rondônia, por seu turno, teve um desempenho relativamente espetacular, aumentando de 25,63 mil hectares (1970) para 374,3 mil hectares (1985) a área cultivada. Isso representou um incremento de 1.460,39%.

Como resultado de todo esse processo, o Pará detinha, em 1985, a posição de maior produtor regional de mandioca, cítricos, leite *in natura* e pescado e os maiores rebanhos bovino, suíno e avícola. Rondônia assumiu o lugar de produtor amazônico majoritário de feijão, milho, arroz e banana, e ocupou a segunda posição quanto aos efetivos bovino e suíno assim como na produção de leite *in natura*. O Amazonas foi o maior produtor de tomate.

O crescimento regional da produção agrícola tem, tradicionalmente, se concretizado pela expansão da área cultivada, mas, para alguns cultivares, aumentos de produtividade, embora modestos, também têm ocorrido. Apresentaram melhoria nos rendimentos físicos por unidade de área: arroz, milho, tomate e cítricos. As culturas de feijão, mandioca e banana regrediram. Os níveis de produtividade (kg/ha) obtidos nos anos-limite da série estatística considerada foram os que seguem na Tabela 3.

Tabela 3

Níveis de produtividade das principais culturas da Região Norte – 1970-1985

PRODUTOS	(kg/ha)	
	1970	1985
Arroz	991	1 420
Milho	885	1 284
Feijão	824	549
Mandioca	14 135	13 369
Tomate	2 158	10 942
Cítricos	100 278	118 818
Banana	1 629	990

FONTE: COSTA, José Marcelino M. da et alii (1988). **Produção e abastecimento alimentar na amazônia**. Brasília, PNUD/CDR/IPEA.

4 – Balanço das necessidades futuras

Para as estimativas da situação atual e da demanda futura da Região Norte, tomou-se o ano de 1975 como base, devido ser o ano de conclusão da pesquisa do ENDEF-IBGE.

Embora outras variáveis influam na determinação da demanda futura regional, consideraram-se apenas os níveis quantitativos de consumo, crescimento da população (calculado pelo IBGE), taxas de crescimento da renda *per capita*, elasticidades dispêndio-renda por produto para a Região Norte e os impactos da urbanização crescente.

Apesar de aceitar-se o “efeito graduação” de Yotopoulos (1985) – a níveis diferentes de renda, tanto a composição da cesta básica quanto as elasticidades-renda da demanda de seus componentes são alteradas, culminando com mudanças nos padrões alimentares das classes de renda média, que podem dar menor ênfase ao consumo direto de alguns produtos *in natura*, em benefício do consumo indireto desses mesmos produtos transformados em proteína animal (carnes, leite e ovos) –, não foi possível considerá-lo explicitamente nas estimativas.

Por fim, estabeleceram-se cinco cenários futuros, de conformidade com as hipóteses adotadas de crescimento da renda interna regional.

As alternativas de I a IV – estabelecendo limites máximo e mínimo da taxa de crescimento da renda interna, respectivamente, de 6,2% e 8,2% –, embora não sejam apenas meras projeções do comportamento passado, descartaram a hipótese de prováveis mudanças na estrutura econômica regional decorrentes da ingerência de condicionantes exógenos ou de novas descobertas de recursos naturais e seu aproveitamento econômico imediato.

Dado, pois, o caráter conservador das alternativas de I a IV, procurou-se delinear um cenário mais arrojado, porém, paradoxalmente, mais consentâneo com a dinâmica vigente na economia amazônica, respaldando-se em três trabalhos atuais (Costa, 1987, 1987a, 1988) e contemplando as transformações recentes e em pleno curso por que vem passando a estrutura produtiva regional.

A alternativa V, além do mais, admitiu para a economia nacional o cenário de manutenção do *status quo*, pressupondo uma estabilidade internacional, de conformidade com o modelo de consistência macroeconômica desenvolvido por Fritsch e Modiano (1987).

O cenário compatível com a alternativa V peculiarizar-se-á pela manutenção de taxas relativamente altas de crescimento econômico nos próximos anos. Elas decorrerão da entrada em funcionamento pleno, de forma ininterrupta, dos vários grandes projetos em implantação e da instalação de alguns projetos deles derivados, em função dos *linkages* potenciais. As taxas elevadas resultariam, ainda, da consolidação de outros projetos de menor porte – agroindustriais e agropecuários – ou vinculados a outras atividades exportadoras potencialmente factíveis e dinâmicas, decorrentes das externalidades criadas pelo atual ciclo de grandes projetos. Não se descarta, finalmente, a ampliação da capacidade produtiva respaldada em atividades voltadas para o mercado regional, face ao “efeito lateral da demanda”, ou o início de um novo ciclo de megaprojetos, haja vista a disponibilidade de recursos naturais.

Et pour cause, optou-se pela taxa de crescimento econômico de 12%, um pouco inferior à taxa histórica observada na década de 70.

No que tange às necessidades alimentares futuras da Região Norte, as estimativas baseadas nas hipóteses da alternativa V indicam, para o final da próxima década, a ocorrência de *deficits* no suprimento intra-regional de tomate, banana, carnes bovina, suína e de frango, ovos, milho para consumo indireto ou animal e pescado.

Arroz, feijão, milho para consumo direto ou humano, mandioca, cítricos e leite *in natura* constituem, provavelmente, o conjunto de produtos alimentares para os quais existem possibilidades de excedentes de oferta.

As carências futuras no abastecimento alimentar da Região Norte não se restringirão aos produtos mencionados. Deverão, segundo as projeções elaboradas, continuar sendo supridas extra-regionalmente as demandas, entre outras mercadorias, de leite em pó, milho para consumo animal, trigo e derivados, batata-inglesa, café, laticínios em geral, açúcar, etc.

5 – Instrumentos de apoio à produção e ao abastecimento

O binômio produção alimentar e abastecimento consiste, em última análise, num todo complexo que abarca as esferas da produção, da distribuição e da comercialização, envolvendo, pois, simultânea e espacialmente, inter-relações de dependência abrangendo uma gama de atividades econômicas e categorias de política econômica de produção, eficiência e produtividade.

Esse sistema de articulações, enquanto estrutura institucional comandada por órgãos federais e estaduais que atuam na definição e implementação de políticas agropecuárias, não vem oferecendo apoio suficiente e adequado ao estímulo da produção e do abastecimento de alimentos na Região Norte.

5.1 – Infra-estrutura de transporte

O perfil geral da rede de transporte, enquanto fluxo de mercadorias e escoamento da produção, mostra, atualmente, uma crescente ampliação do uso do sistema viário e uma concomitante relativa estagnação e abandono da navegação fluvial para o transporte interiorano.

A malha rodoviária básica, constituída de vias arteriais e coletoras que correspondem, *grossa modo*, às estradas federais e estaduais, apresenta condições razoáveis de tráfego e acesso aos principais centros da Região durante o ano todo. O mesmo não acontece com a rede local ou estradas municipais, devido ao precário estado de conservação das mesmas, que impossibilita o fluxo normal intramunicipal e o acesso permanente à rede básica, principalmente durante o período chuvoso. Essa deficiência, comum a todo território amazônico, acarreta sérias conseqüências para o escoamento da produção, sobretudo a de origem agrícola, e decorre, em geral, da incapacidade financeira da maioria das prefeituras municipais para prover uma conservação adequada do subsistema de rodovias vicinais.

No que tange à navegação fluvial, a bacia amazônica vem convivendo com baixos índices operacionais, apesar de deter a maior frota nacional interiorana. Isso origina-se da ampliação do volume do transporte hidroviário de cargas a nível extra-regional, por um lado, e, por outro, de problemas de gerenciamento, tais como elevada ociosidade da frota, precária manutenção das máquinas e equipamentos, consumo elevado de combustível, etc. (Anu. Estat. Port., 1984). Equivale a dizer que "(...) se transporta menos na Amazônia, mas a maior distância" (Nazaré, 1986, p.118).

5.2 – Armazenamento

A infra-estrutura de armazenamento na Amazônia é deficitária, opera em condições provisórias e encontra-se espacialmente mal distribuída.

A modalidade predominante de estocagem de grãos é o galpão aberto. Trata-se de construção rudimentar, de pequena dimensão e sem equipamentos. Os armazéns construídos especificamente para a guarda e conservação de produtos agrícolas são pouco freqüentes na Região.

A capacidade estática de armazenagem ou escala de operação é um dos grandes entraves do sistema regional de armazenamento, devido à localização espacial

desequilibrada das unidades disponíveis, à instabilidade, sazonalidade e dispersão que caracterizam a atividade agrícola, como também ao baixo índice de aproveitamento das facilidades de estocagem existente.

Outra dificuldade é a minguada oferta de estocagem oficial, que se reduz à operação da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), além de inexistirem na Amazônia redes estaduais de armazéns públicos. Isso afeta a comercialização de alimentos agrícolas básicos produzidos, preponderantemente, por pequenos produtores, que não dispõem de unidades próprias para a guarda de suas safras, e incentiva a ação dos intermediários que possuem melhores condições de acesso à rede de armazenamento privada.

5.3 – Abastecimento e comercialização

Não há uma política de estoques reguladores na Região. Conseqüentemente, inexistem programas oficiais de abastecimento.

O abastecimento alimentar dos grandes centros da Amazônia depende, primordialmente, da iniciativa privada e de produtos originários de outras regiões:

- os supermercados são responsáveis por, aproximadamente, 70% da distribuição de alimentos nos principais centros consumidores do Norte, sendo que mais de 60% das mercadorias provém do Sudeste, e o restante, das demais regiões (BR. Minist. Industr. Com., 1985);
- o fornecimento de hortifrutigranjeiros, através das Centrais de Abastecimento (CEASA), revela também altas taxas de dependência de fontes produtoras extra-regionais. O Pará, talvez o maior produtor regional desses produtos, chegou a importar, em 1987, cerca de 77% do total consumido no Estado.

A conservação de gêneros alimentícios perecíveis de origem vegetal e animal, que requerem estocagem a frio, ocorre apenas em estabelecimentos privados, posto o setor público quase não prestar esse serviço.

A comercialização de grãos é basicamente realizada através do sistema de intermediação. As vendas diretas ao consumidor e às cooperativas são canais inexpressivos. Isso acarreta, para o binômio produção-consumo, uma total dependência de estruturas de mercado especulativas.

Além do mais, a dispersa disseminação geográfica das várias unidades produtoras de alimentos impede, em alguns casos, fluxos diretos entre as áreas de produção e consumo. A ocorrência de intermináveis fluxos dentro da própria Região, devido às grandes distâncias e ao número excessivo de intermediações, acaba por inviabilizar a produção.

5.4 – Crédito rural

O desempenho do crédito rural constituiu, surpreendentemente, a grande exceção das políticas de apoio à produção e à comercialização analisadas, posto ter efetivamente priorizado a agricultura a nível setorial e, funcionalmente, os custeios da produção de alimentos básicos, o que vai de encontro às assertivas pacificamente aceitas e de divulgação generalizada em torno do desamparo e da discriminação creditícia que atingem as culturas de arroz, milho, feijão e mandioca. Levanta, ainda, dúvidas com relação à “aversão ao risco” que caracteriza a pequena produção rural.

5.5 – As síndromes sobre a pequena produção rural (PPR)

A PPR é tida, freqüentemente, como um fenômeno de difícil equacionamento.

Técnicas agrícolas rudimentares, índices de produtividade desprezíveis, descapitalização, carências de infra-estrutura e de apoio do poder público, mercados especulativos e preços não remunerativos, tudo isso constitui o leque dos desafios mais marcantes e permanentes que enfrenta esse segmento sócio-produtivo. Por outro lado, vem-se tornando ponto pacífico o reconhecimento de que a produção de alimentos básicos na Região depende, fundamentalmente, da PPR.

A evidente contradição entre essas duas posições inconciliáveis resulta, em última instância, na cristalização de, pelo menos, duas síndromes em torno da polêmica importância econômica da PPR: a síndrome da subsistência e a síndrome da “aversão ao risco”.

No concernente à primeira, argumenta-se que o preço obtido não é remunerativo satisfatoriamente e, por conseguinte, não é fator determinante da produção, mas à subsistência do produtor. A comercialização do excedente é relegada a plano secundário. Esse fato, contudo, nem sempre é comprovável, embora a recíproca pareça mais plausível, mesmo porque o consumo no próprio estabelecimento agrícola absorve entre 10 e 15% da produção, e o excedente (85%) é comercializado.

No que se refere à síndrome da “aversão ao risco”, estima-se que a PPR não tome créditos, nem adote tecnologias apropriadas por temer endividar-se e ser avessa às mudanças. Sem embargo, o que se constata é que esse produtor desafia todos os riscos, desde os creditícios e de indisponibilidade de tecnologias ou escassez de assistência técnica, passando pelas especulações do mercado e dos preços mínimos, até, inclusive, enfrentar a falta de subsídios fiscais, ao contrário do que sói beneficiar o segmento agrícola eminentemente capitalista.

6 – Especificidades regionais condicionantes de inibição

Se as evidências constatadas desmistificam certas assertivas, açodadas ou quantitativamente mal fundamentadas, de que o processo de integração-abertura da

Amazônia à economia brasileira tem se revelado intrinsecamente perverso no que diz respeito à obtenção de incrementos absolutos na produção de alimentos, é igualmente inegável a incapacidade até agora demonstrada da agricultura regional em atender satisfatoriamente ao abastecimento alimentar.

Isso posto, a forma mais adequada de desvendar o problema parece priorizar a detecção de condicionantes contrárias a um desempenho mais aceitável do segmento regional de produção alimentar — apesar da significativa penetração da “fronteira agrícola” — *vis-à-vis* à proporção requerida pela evolução da demanda. Embora extravasem o âmbito do usualmente acatado no equacionamento convencional do fenômeno, aludidos condicionantes exercem influências decisivas sobre ele, conseqüência de uma imbricação causal direta, que, entretanto, sói revelar-se de forma difusa ou enleada na realidade concreta. Destarte, tornou-se premente inserir na análise aspectos consistentemente mais amplos e relevantes.

O escopo que aqui se colimou foi o de tentar delinear o contorno de um marco referencial de análise que transcendesse os limites impostos pelo estritamente setorial. Tratou-se, pois, de identificar os condicionantes econômico-espaciais básicos que vêm moldando o novo perfil da estrutura produtiva regional, ao mesmo tempo em que atuam no sentido de inibir uma *performance* mais aceitável da produção alimentar, exacerbando a situação de dependência regional no concernente ao suprimento de alimentos.

Nesse sentido, dois fenômenos espaciais de natureza contraditória têm tido lugar, *pari passu* e transitoriamente. Um criando e reproduzindo o espaço econômico funcional à racionalidade dominante da acumulação de capital. Outro reconstruindo, reacomodando, desarticulando ou destruindo o espaço econômico anteriormente estruturado, quando este, tempestivamente, se torna um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas.

Da interação e do conflito entre esses dois processos tendeu a emergir uma nova estruturação espacial da economia regional cada vez mais complexa, mais funcional aos interesses da economia nacional.

No caso específico da Amazônia, esse processo de reorganização espacial da economia, ainda em plena vigência, influenciou a disponibilidade intra-regional de produtos alimentares de duas maneiras.

Ao passarem as várias economias sub-regionais a vincular-se diretamente com a região brasileira mais desenvolvida, desmantelou-se a tradicional organização produtiva espacial do Norte, e diminuíram, drasticamente, os fluxos intra-regionais relativos de mercadorias, até então prevaletentes. Esse fenômeno de atrelamento direto das várias subáreas amazônicas à economia da região mais dinâmica do País induziu, por outro lado, a ampliação do mercado doméstico intra-regional, em função da difusão geográfica de padrões de consumo mais avançados, dos incrementos populacional, de renda e da urbanização, concomitante e paradoxalmente à liquidação de uma série de atividades produtivas voltadas para o mercado local, inclusive algumas circunscritas à produção de alimentos (elaborados ou não), economicamente inviabilizadas pela escassa capacidade de competir de forma eficiente com as mercadorias importadas, beneficiando, assim, o segmento produtivo extra-regional. Ade-

mais, todo esse processo de desarticulação repercutiu, também negativamente, sobre a pequena produção rural.

Caracterizando-se o processo de ocupação-integração da Amazônia pela via preferencial da complementaridade econômica interespaçial, estabelecida pela nova divisão inter-regional do trabalho, dadas as vantagens comparativas e absolutas, as atividades produtivas privilegiadas foram, obviamente, as voltadas para o atendimento dos mercados nacional e externo. Por conseguinte, proliferaram, subjacentemente à penetração mais efetiva e inusitada do capital produtivo, cometimentos de exportação de minérios, energia, produtos florestais e produtos agrícolas, bem como, embora ainda modestamente, algumas das respectivas atividades anclares e satélites. Simultaneamente, expandiram-se a agropecuária e a agroindústria, quer xifopagamente vinculadas ao movimento da “fronteira agrícola” — mormente no Pará e em Rondônia —, quer acicatadas pelas oportunidades que se foram concretizando para a exportação. Incrementos na produção de alimentos, embora relativamente parcos, foram também observados.

Por fim, o resultado líquido da interação dinâmica desses dois fenômenos antagonônicos — um de desbaratamento de atividades econômicas tradicionais; outro de expressão da capacidade produtiva voltada para o suprimento de mercados extra-regionais — foi o crescimento, em termos absolutos, da disponibilidade regional de produtos alimentares, não obstante esse aumento ainda fosse insuficiente ao atendimento pleno das também crescentes necessidades locais.

À guisa de ilustração, é pertinente comparar o crescimento da produção alimentar com a evolução de outras variáveis econômico-demográficas, ressaltando, à cautela, a situação já deficitária na disponibilidade intra-regional da maioria desses produtos desde o ano escolhido como ponto de partida da análise. Conquanto as taxas de crescimento anuais, na década passada, das produções de alimentos de origem vegetal e animal haverem sido, respectivamente, 7,85% e 10,0%, a taxa de crescimento geral da economia regional foi de 13,85%, e a taxa de incremento das culturas industriais (pimenta-do-reino, cacau, café, juta e malva) alcançou 9,9%. Aumento demográfico e evolução da população residente urbana apresentaram taxas de 5,02 e 6,4% respectivamente. Essas constatações colocam em evidência o desempenho inferior da produção regional de alimentos de origem vegetal, tanto no que tange à economia do Norte como um todo quanto no que concerne às culturas industriais. Os incrementos do contingente populacional e da urbanização, por seu turno, implicaram pressões adicionais sobre a oferta alimentar, em que pese às elasticidades-renda dos alimentos serem inferiores à unidade. Para período mais dilatado, as comparações ficaram prejudicadas pela indisponibilidade de informações quantitativas sobre os agregados macroeconômicos após 1980.

Complementarmente, algumas observações tornam-se pertinentes...

As atividades agrícolas regionais atualmente mais importantes, do ponto de vista da segurança de retornos econômicos, são as culturas de exportação (pimenta-do-reino, dendê, urucu, cacau, pecuária, etc.), não somente por se coadunarem plenamente com a divisão inter-regional do trabalho prevalecente, mas, a exemplo do constatado por Homem de Melo (Melo, 1988) para o caso brasileiro, também em

decorrência do forte desequilíbrio de lucratividade e de risco entre essas culturas de exportação e as alimentares domésticas, em detrimento destas últimas. Outros condicionantes provavelmente têm estimulado a produção de exportação: o comportamento dos preços internacionais, da taxa de câmbio no período (ou parte dele) e dos preços no mercado nacional, além do beneficiamento relativo em termos de inovações tecnológicas e do forte respaldo governamental no concernente à formação de capital através da concessão de incentivos fiscais a projetos de subsetores privilegiados (pecuária, guaraná, dendê, urucu, etc.). Pimenta-do-reino, por causa de pragas e doenças, e heveacultura, devido ao desconhecimento de tecnologias apropriadas de manejo, são consideradas de alto risco pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e não recebem apoio dos incentivos fiscais.

Considerável parte das atividades agrícolas de exportação não se tem desenvolvido nas áreas de abertura recente. As áreas cultivadas com pimenta-do-reino (o Pará praticamente é o único produtor nacional, com 99% de participação na produção total em 1984), urucu e dendê (culturas de introdução recente e com possibilidades apreciáveis de dinamismo, face ao diversificado uso industrial), por exemplo, vêm se expandindo nas terras paraenses pouco férteis, de ocupação mais antiga. A juta é explorada nas várzeas da calha do Rio Amazonas, e a malva, nas microrregiões homogêneas Guajarina e Bragantina do Estado do Pará e nas várzeas altas da Microrregião Homogênea do Médio Amazonas, no Estado do Amazonas (Costa, 1984). Já o cacau tem vingado também na “fronteira agrícola”, mormente em Rondônia.

7 – À guisa de arremate

A análise debuxada ao longo do diagnóstico preliminar aqui resumido confirma, à *outrance*, a ilação de que a Amazônia se caracteriza como uma região importadora de alimentos.

Foram significativos os *deficits* detectados no suprimento intra-regional de produtos básicos ao abastecimento alimentar. Mormente daqueles que exigem graus de elaboração mais sofisticados ou requerem condições edafo-ecológicas apropriadas, tamanho de mercado economicamente viável, competitividade, níveis de capitalização relativamente importantes, etc.

Os exercícios de simulação desenvolvidos também indicaram, no futuro, talvez agravada, a persistência dessa situação.

Embora haja probabilidade de ampliação da oferta regional de alguns produtos alimentares básicos – há disponibilidade de terras agricultáveis para expansão da área cultivada e *know-how* para delinear programas e políticas adequadas –, são utópicas quaisquer prescrições objetivando a auto-suficiência alimentar regional, posto prevalecer, em derradeira instância, a eficiência econômica de cada região no que tange à produção especializada de um determinado elenco de produtos – ressaltando-se o caso de certos alimentos básicos estratégicos –, em face das especificidades distintas de inserção das várias macrorregiões brasileiras no contexto da divisão

inter-regional do trabalho vigente. É o que parecem atestar as demais pesquisas regionais realizadas concomitantemente a esta (Ryff, 1988; Magalhães et alii, 1988; Cunha & Mueller, 1988).

Do ponto de vista tanto dos interesses da economia nacional quanto do crescimento econômico regional mais acentuado, a tendência que deverá prevalecer prospectivamente será, pois, a da concentração de esforços e recursos na vocação exportadora da Amazônia, haja vista favorecê-la os custos de oportunidade.

Ademais, há todo um complexo e diversificado leque de bloqueios e dificuldades que a atividade produtora de alimentos domésticos normalmente enfrenta, que, desafortunadamente, não se pode desatrarancar com falácias ou soluções prosaicas, como sói acontecer, atribuindo-se à mera concessão de terras como panacéia, ou adotando a premissa trivial de que o problema deriva, fundamentalmente, da manutenção de preços desestimulantes ao incremento da produção de alimentos domésticos. Nesse sentido, a questão abrange, além dos condicionantes já anteriormente destacados, outros fatores de inibição, dentre os quais assume relevância o fato de que "(...) as tecnologias desenvolvidas [são] para resolver o problema da produção rural em determinadas áreas e não o da pobreza rural" (Pastore, 1977).

Em suma e na essência, não surpreende a constatação da não-expansão, na proporção requerida, da oferta intra-regional de produtos alimentares básicos no passado recente, como não será acontecimento imprevisto a manutenção ou ampliação da dependência de fontes extra-regionais no suprimento do abastecimento do consumo de alimentos.

Face ao exposto, não foi infundado o vaticínio de Mendonça de Barros (Barros, 1982) sobre a pequena importância da "nova" fronteira da Região Norte (inclusive Rondônia, que, segundo alguns depoimentos recentes veiculados na imprensa, já começa a apresentar sintomas de saturação, embora isso demande comprovação) no processo, em curso, de uma ampla alteração no padrão geográfico da produção agrícola nacional, com o Centro-Oeste assumindo crescente importância, asserção que encontra respaldo em pesquisa recém-concluída (Cunha & Mueller, 1988).

Transcendendo a órbita da análise do regional, a questão do abastecimento alimentar no Brasil, enquanto problema social de natureza eminentemente nacional, só terá probabilidade de ser equacionada de forma adequada através do delineamento e posterior implementação de uma política nacional de produção e abastecimento nacional de longo prazo (Garcia et alii, 1986), haja vista sua complexidade intrínseca e todo o intrincado emaranhado institucional que envolve.

Em sendo remotas, pelo menos por ora, as chances de uma mudança na ótica de tratamento da questão alimentar no Brasil, aventa-se, à guisa de arremate, arrojando o risco de parecer paradoxal ou até mesmo extravagante, que, no caso específico da Amazônia, somente o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas pode sedimentar a base das condições objetivas à superação dos óbices infra-estruturais, dos entraves institucionais, além das restrições de natureza estrutural, como, por exemplo, no caso da produção agrícola, as colocadas pela questão fundiária, culminando com desempenho mais promissor do segmento especializado na produção de alimentos, condição *sine qua non* à consecução da distribuição interpessoal rela-

tiva da renda real menos assimétrica, beneficiando, destarte, os estratos menos favorecidos, que, segundo levantamento do ENDEF-IBGE, despendem com alimentos de 43 a 63% da despesa familiar total.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO PORTUÁRIO (1984). Brasília, Ministério dos Transportes/SUNAMAN.
- BARROS, J. R. Mendonça de (1982). Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10., Águas de São Pedro. Anais. . . São Paulo, ANPEC.
- BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio (1985). **Comercialização de alimentos na Região Norte: 1985**. Brasília.
- COSTA, José Marcelino M. da (1984). Efeitos de retrocesso e propulsão: o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., São Paulo. Anais. . . São Paulo, ANPEC.
- (1987). **Cenários macroeconômicos futuros do Estado do Pará**. Belém, Governo do Estado/Equipe de Planejamento.
- (1987a). Economia paraense: transformações recentes e cenários futuros. **Diário do Pará**, Belém, 29 ago. p.1-7, cad.2.
- (1988). **Cenários econômicos para a amazônia oriental**. São Paulo, CNEC.
- COSTA, José Marcelino M. da et alii (1988). **Produção e abastecimento alimentar na amazônia**. Brasília, PNUD/CDR/IPEA.
- CUNHA, Aécio S. & MUELLER, Charles C. (1988). **O Centro-Oeste e a questão do abastecimento alimentar no Brasil**. Brasília, PNUD/CDR/IPEA.
- FRITSCH, Winston & MODIANO, Eduardo (1987). **A restrição externa ao crescimento econômico brasileiro: uma perspectiva de longo prazo**. Rio de Janeiro, PUC/RJ.
- GARCIA, R. C. et alii (1986). **Segurança alimentar: uma política contra a fome. Conjuntura Alimentos**, São Paulo, mar.
- MAGALHÃES, Antonio Rocha et alii (1988). **Abastecimento e crise alimentar no Nordeste**. Fortaleza, PNDU/SEPLAN/CE/UFC.
- MELO, Fernando Homem de (1988). **Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil**. Brasília, PNDU/CDR/IPEA.
- NAZARÉ, Ramiro (1986). **A amazônia e suas hidrovias**. Belém, s.ed.
- PASTORE, José (1977). Agricultura de subsistência e opções tecnológicas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE, 7(33):9-18.

RYFF, Tito (1988). **Produção e abastecimento alimentar no Brasil; um diagnóstico com cortes regionais: Região Sul e Sudeste.** Brasília, PNUD/CDR/IPEA.

YOTOPOULOS, P. A. (1985). Middle-income classed and food crisis: the "new" food-feed competition. **Economic Development and Cultural Change**, 33(3): 436-83.

Abstract

This article synthesizes the main results of a recent research on the existing situation and the future perspectives of the supplying conditions of the main agriculture food products demanded by the Amazon region. By the same token, after analysing the regional relative participation in the supply of agriculture food production *vis-à-vis* regional consumption, the role of the principal instruments of agriculture fomentation, and the several exogenous and endogenous constraints to potential agriculture regional growth, we get the main conclusion that the Amazon region is – and will continue to be – an essentially food import region.